

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA  
DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAS-  
TELO DE PAIVA, REALIZADA NO  
DIA 8 DE FEVEREIRO DE 2019.**

No dia oito de Fevereiro de dois mil e dezanove, nesta Vila de Castelo de Paiva, no edifício dos Paços do Município, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus, Presidente da Câmara, com as presenças do Vice-Presidente, António dos Santos Rodrigues, e dos Vereadores Paula de Melo Alves, José Manuel Moreira de Carvalho, José Duarte de Sousa e Rocha, Cláudia Vanessa da Silva Rodrigues Pereira, e Mauro Lopes da Silva Mendes.

Secretariou a reunião o Chefe da Divisão de Administração Geral, Vasco André Moreira Pimenta.

Eram quinze horas, quando o Senhor Presidente da Câmara, declarou aberta a reunião.

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.**

O Sr. Presidente da Câmara deu início à reunião, felicitando o novo Presidente do “Turismo do Porto e Norte de Portugal”.

Informou que no dia 9 de Fevereiro se irá realizar a cerimónia de entrega das bolsas de estudo aos alunos do ensino superior, e da entrega das medalhas de mérito de ouro e de prata recentemente atribuídas.

Deu nota da vinda ao concelho do Dr. João Galamba, Secretário de Estado da Energia, para se inteirar do trabalho que tem sido feito na extinção da combustão das escombreyras das minas do Pejão.

De seguida, deu a palavra aos senhores Vereadores que quisessem intervir.

O Vereador José Rocha usou da palavra para requerer os documentos solicitados em anteriores reuniões de Câmara.

Perguntou se a colocação de sinais na Rua Strecht Vasconcelos no seguimento da recente alteração efectuada à “Postura Municipal de Trânsito” é legal, se cumpre com todos os procedimentos em vigor?

Disse que este esclarecimento é importante, porque há Paivenses que estão a ser multados pelas autoridades.

Referindo-se ao programa “SI2E - Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego”, disse que ao contrário do que se vai vendo noutros municípios, em Castelo de Paiva ainda não estão a ser entregues as casas e as empresas, tendo solicitado um ponto de situação.

Deu nota da realização de uma manifestação em Penafiel pela construção do IC35.

Disse que em 2015, ano de eleições legislativas (Governo era PSD), fez-se uma marcha lenta a favor da ligação da Nacional 222 à A32, e da ligação ao IC35, mas a verdade é que o Ministro Pedro Marques prometeu em Castelo de Paiva, num jantar partidário, que as obras iriam arrançar em 2019.

Solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que garantisse que as obras da conclusão da Variante à EN 222-1 se iniciam em 2019.

A Vereadora Vanessa Pereira usou da palavra para perguntar quando é que vai arrançar a obra do “Centro de Recolha de Animais”?

Perguntou se no âmbito da aceitação do “CLDS 4G” a Câmara Municipal tem um levantamento relativo à pobreza infantil no concelho, tendo solicitado, a existir, cópia do relatório.

Perguntou também se em relação à combustão das escombreyras já há uma data prevista para a conclusão dos trabalhos?

Disse que houve visitas de pessoas ilustres, mas que falta informação, nomeadamente, relativa à qualidade do ar, tendo solicitado cópia dos respectivos relatórios.

Referiu que os Vereadores do PSD sabem que há 28 projectos aprovados no âmbito do “SI2E – Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego”. Pediu para ter acesso à listagem completa com inclusão dos projectos que não foram aprovados.

Referiu também que lhes tem sido dado nota da falta de material didático nas escolas, em particular, de impressoras. Solicitou um esclarecimento relativo a este assunto.

Solicitou o ponto da situação da remoção do amianto nos edifícios municipais.

O Sr. Presidente da Câmara interveio novamente para dizer que os serviços municipais iriam facultar os documentos requeridos pelo Vereador José Rocha, ou que, em alternativa, o Vereador podia reunir com o Dr. Adão Santos para ter acesso à informação.

Referiu que a obra do “Centro de Recolha de Animais”, vai avançar dentro de pouco tempo, tendo agradecido ao Sr. Secretário de Estado das Autarquias Locais o facto de ter tornado possível a aprovação de candidatura.

Felicitou a “ADRIMAG - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras do Montemuro, Arada e Gralheira” pelo trabalho que desenvolveu no âmbito do “CLDS 3G”.

Sobre a combustão das escombreyras das minas do Pejão, esclareceu que os relatórios são públicos.

Disse que está definido com a “EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro” que os trabalhos serão interrompidos sempre que se atinjam os picos dos valores relativos à qualidade do ar, e que sempre que tinha dados seguros procurava dar essa informação.

Referiu que ou se fazia aquilo que está a ser feito, ou então não se fazia nada.

Concluiu, informando que a previsão da conclusão dos trabalhos é de quatro meses, tendo felicitou o trabalho realizado pelos técnicos da “EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro”.

Informou que foram apresentadas mais de 100 candidaturas no âmbito do “SI2E – Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego”. Disse que este processo tem tido um enorme sucesso e abrangência no concelho, mas que não vai ficar por aqui, porque as candidaturas que não tiveram apoio financeiro podem ser apresentadas noutra eixos de financiamento que vão ser abertos. Agradeceu ao Sr. Ministro Pedro Marques, ao Sr. Secretário Estado Nelson Sousa e à “CCDR-N –

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte” por ter permitido esta iniciativa no concelho.

Quanto às escolas, esclareceu que existe um contrato em vigor com a empresa “konica Minolta”, bastando que o Agrupamento de Escolas comunique à Câmara Municipal a ocorrência de alguma anomalia.

Quanto à substituição do amianto, respondeu que espera encontrar eixos de financiamento que apoiem a resolução desta questão.

Em relação ao IC35, disse que sempre tem tido uma postura crítica sobre este assunto. Disse que a solução tem que ser integral e não a terminar no meio de um campo, e que o Governo assumiu essa opção ao inclui-la no plano 2020/30, o que significa que tem vontade de terminar a obra nesse período.

Disse que o Sr. Ministro Pedro Marques assumiu o compromisso em relação à conclusão da Variante à EN 222-1, e está a honrá-lo, porque o projecto já está em execução, e que não vai abrandar no grau de exigência em relação a este assunto.

Deu nota que o processo de reconstrução das casas afectadas pelo incêndio de 15 e 16 de Outubro de 2017 está em fase de concurso, e que dentro de pouco tempo entrarão em obra. Referiu que já foi transferido dinheiro para os particulares cujas habitações tiveram danos inferiores.

Referiu ainda que há que compreender o trabalho que os técnicos da “CCDR-N – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte” têm de fazer.

Quanto às empresas, disse que há candidaturas aprovadas e outras em fase de avaliação.

Sobre a “Postura Municipal de Trânsito”, e a colocação de sinais na Rua Strecht Vasconcelos, disse que uma das coisas que ficou assente na reunião da Comissão de Trânsito, e com a qual todos concordaram, foi que a sinalização teria que ser colocada no imediato. Disse que essa medida teve o objectivo de melhorar uma situação que era caótica.

O Vereador José Rocha respondeu que se absteve na votação da colocação dos sinais na Rua Strecht Vasconcelos, mesmo achando que

não era a solução ideal. Disse que a realidade era que a reunião da Comissão de Trânsito foi em 2017, e como tal, questionou se o resultado da consulta pública já não poderia ter vindo à Câmara Municipal?

A Vereadora Vanessa Pereira interveio novamente para dizer que não tinha falado sobre o “CLDS 4G”, mas sim sobre a questão da pobreza infantil no concelho, à qual não obteve resposta.

Congratulou-se com o facto de a dotação prevista para o programa “SI2E – Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego” ter sido toda utilizada.

Relativamente à combustão das escombreyras das minas do Pejão, referiu que não tinha dito que é a Câmara Municipal que está a falhar em alguma coisa ou que não dá os devidos esclarecimentos, mas que é normal que as pessoas que passam por aquele inferno coloquem questões.

Disse que não mudava de opinião relativamente ao IC35, ou seja, que preferia a conclusão da Variante à EN 222-1 à execução daquela estrada. Disse que é normal que as pessoas não acreditem que aqueles investimentos sejam para avançar, como espera que aconteça com a Variante à EN 222-1.

O Vereador José Rocha usou novamente a palavra para dizer que a reunião da Comissão de Trânsito se realizou em 29 de Novembro de 2016.

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que não sabia o que isso alterava, tendo perguntado ao Vereador José Rocha se queria que se tirasse a sinalização?

O Vereador José Rocha respondeu que as autoridades ao verem os sinais depreendem que estejam legais e, como consequência, os Paiven-ses estão a ser multados.

O Sr. Presidente da Câmara reiterou que a sinalização foi colocada com a conviência de todos, inclusive do Vereador José Rocha, pelo que não percebia porque é que agora não está bem.

Quanto às escombreyras das minas do Pejão, disse que têm a mesma preocupação das pessoas afectadas pelo problema, mas quesó podem

informar aquilo que sabem, tendo reiterado o que disse anteriormente sobre o assunto.

A Vereadora Vanessa Pereira respondeu que não disse que a solução não era aquela.

Quanto à questão dos sinais colocados na Rua Strecht Vasconcelos, disse que também esteve na reunião da Comissão de Trânsito e que votou a favor, mas que não esperava que o procedimento durasse tanto tempo (consulta pública termina no próximo mês de Março).

## **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **1. - RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA.**

A Câmara Municipal tomou conhecimento das disponibilidades de tesouraria no dia 7 de Fevereiro de 2019, cujo saldo totaliza a quantia de 1.257.880,84 euros.

### **2. - ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 11 DE JANEIRO. APROVAÇÃO.**

Presente a acta da reunião em epígrafe, de que foram previamente distribuídos exemplares a todos os membros da Câmara Municipal.

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, aprová-la.

### **3. - OBRAS MUNICIPAIS.**

Retirado.

### **4- OBRAS PARTICULARES.**

Retirado.

### **5- LOTEAMENTOS URBANOS E OBRAS DE URBANIZAÇÃO.**

Retirado.

### **6. - SUBSÍDIOS E APOIOS A DIVERSAS ENTIDADES.**

#### **6.1 – GRUPO DE DINAMIZAÇÃO E CULTURA DE PEDORIDO.**

A exemplo de anos anteriores, o Grupo acima mencionado vai organizar o tradicional desfile de Carnaval, solicitando a atribuição de subsídio para a sua realização.

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, atribuir o subsídio de mil e quinhentos euros, nos ter-

mos do previsto no nº.2, do artigo 5º., do regulamento municipal para atribuição de subsídios, conjugado com a alínea o), nº.1, do artigo 33º., da Lei 75/2013, de 12 de Setembro.

## **7. – FINANÇAS LOCAIS.**

### **7.1 – CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A MÉDIO E LONGO PRAZO ATÉ 600.000 EUROS.**

Os serviços informaram o seguinte: “Considerando a deliberação tomada pela Câmara Municipal em reunião extraordinária de 03/01/2019 e a autorização concedida pela AM. em sessão ordinária de 25/01/2019, para a contratação de empréstimo do empréstimo bancário em título, deverá ser submetido à apreciação e aprovação das cláusulas contratuais, constantes da minuta apresentada pela Caixa Geral de Depósitos, SA., até ao montante de 600.000 euros.”

A Vereadora Pereira usou da palavra para dizer que quando foi feita a consulta aos bancos, ficou como condição que no contrato tinha de estar expresso o montante, a taxa, o plano de amortização (do qual não têm conhecimento). Referiu que no “período de utilização” também deveria dizer que “...será utilizado de forma diferida em função da apresentação dos autos relativos ao investimento executado e confirmado..”, algo que no contrato da “CGD – Caixa Geral de Depósitos” não está expresso e deveria ter ficado. Disse que fora este requisito, foram duas as razões da abstenção dos Vereadores do PSD aquando da aprovação do Relatório Final:

- O procedimento não foi o mesmo comparativamente com os procedimentos seguidos na contratação de outros empréstimos;
- Nunca foi revelada a relação dos investimentos aos Vereadores do PSD até minutos antes da votação.

Referiu que apesar disso, reconhecem que são obras que todos percebem que são prementes para o concelho.

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que se tivesse aqueles investimentos à sua frente seria o primeiro a votar a favor.

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou maioria, com a abstenção dos Vereadores José Rocha, Vanessa Pereira e Mauro Mendes, aprovar as cláusulas contratuais, e conferir poderes ao Presidente da Câmara para outorgar o respectivo contrato.

#### **8. – REGULAMENTO MUNICIPAL PARA A ATRIBUIÇÃO DE INCENTIVOS À FIXAÇÃO DE MÉDICOS DE MEDICINA GERAL E FAMILIAR NAS UNIDADES DE SAÚDE DE CASTELO DE PAIVA.**

Presente projecto de Regulamento que define as regras de atribuição de apoio financeiro e não financeiro, de incentivo à fixação de médicos de medicina geral e familiar, nas Unidades de Saúde de Castelo de Paiva.

A Vereadora Vanessa Pereira usou da palavra para perguntar à Vereadora Paula Melo se reuniu com os coordenadores das unidades de saúde de Castelo de Paiva?

A Vereadora Paula Melo respondeu que não. Disse que terão oportunidade de se pronunciar em sede de consulta pública.

A Vereadora Vanessa Pereira respondeu que têm um diferendo de opinião em relação a esse aspecto, referindo que achava que as coisas iam funcionar de forma diferente. Disse que achava que a Comissão de Saúde deveria ter reunido para se pronunciar sobre o projecto de regulamento.

Disse também que não está contra a proposta, mas que achava que as coisas deveriam ter sido feitas de outra forma, e como tal, que ficou desiludida. Referiu que a proposta em si (deliberação em vigor deverá ser revogada) deveria ir mais além, porque só com incentivos monetários estão a fazer o mesmo que outros municípios já fazem.

Concluiu, referindo que “USF de Castelo de Paiva” está a funcionar bem, está composta, e não se prevêem reformas nos próximos anos, ao contrário do que sucede com o “Posto de Saúde de Oliveira do Arda” que funciona com mais dificuldades.

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que a proposta é boa, e que se trata de uma medida ajustada e contextualizada



com a realidade do Município, tendo valorizado o trabalho da Vereadora Paula Melo no domínio da Saúde.

Em relação à deliberação em vigor (2011), disse que se terá de se saber se tem, ou não, de ser revogada.

Concluiu, referindo que este Regulamento pode constituir um atractivo para fixar médicos jovens no concelho.

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, aprovar o projecto de Regulamento, nos termos do artº.2º, 23º., nº1 e nº.2, alínea g), ambos do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redacção actual, e, submetê-lo a consulta pública.

**9. – ADENDA AO CONTRATO CELEBRADO NO ÂMBITO DO CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA AQUISIÇÃO DE UMA SOLUÇÃO DE GESTÃO DOCUMENTAL PARA OS MUNICÍPIOS DO TÂMEGA E SOUSA – LOTE 3 – MUNICÍPIO DE CASTELO DE PAIVA.**

A CIM levou a cabo procedimento, através de concurso público internacional para aquisição de uma solução de gestão documental para os municípios do Tâmega e Sousa.

Por imposição do tribunal de contas, torna-se necessário que cada município proceda à cabimentação contabilística dos custos e compromisso, da sua quota-parte, que neste caso é o lote 3 – 22.991,66 euros.

Assim, foi elaborada uma Adenda aquele contrato de forma a dar satisfação aquelas exigências.

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, aprovar a minuta e dar poderes ao Presidente para outorgar o respectivo contrato.

**10. - DESPACHOS PROFERIDOS NO USO DA COMPETÊNCIA DELEGADA.**

A Câmara Municipal tomou conhecimento dos despachos proferidos no uso da competência delegada: 2ª. alteração ao plano plurianual de investimento; 2ª. alteração ao orçamento da despesa e da receita; 3ª. alteração ao orçamento da despesa e da receita.

**PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.**

O Sr. Luis Cardoso, residente em Oliveira do Arda, União das Freguesias da Raiva, Pedorido e Paraíso, usou da palavra para dizer que era a última vez que vinha a uma reunião do executivo municipal, porque ninguém se preocupa em resolver os pequenos assuntos que tem trazido às reuniões de Câmara.

Disse que as pessoas com mais dinheiro estão a fugir do concelho, porque os governantes de desinteressaram por Castelo de Paiva, referindo que é necessário fazer pressão sobre os governantes.

Concluiu, referindo que os trabalhadores da União das Freguesias da Raiva, Pedorido e Paraíso não estão a ser bem coordenados.

Por último, deliberou a Câmara Municipal aprovar a acta da presente reunião em minuta, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 57º. da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, e que vai ser lançada no respectivo livro de actas.

E não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião, pelas 16,35 horas, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que vai ser assinada.

E eu, *Vasco André Moreira Pimentel*, a redigi e subscrevi.

O Presidente,

Os Vereadores,

*João de Jesus, R2*  
*Luís Carlos da Silva*